

AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA AIRC --- Manual Prático

Rodrigo Queiroga

4ª Edição ▶ Resolução nº 23.754,
de 4 de março de 2026

Atualizado conforme a Resolução nº 23.754, de 4 de março de 2026, bem como à luz da LC nº 219/2025 e das decisões pertinentes proferidas pelo TSE desde a penúltima edição do livro até o fechamento desta edição.

Recomenda-se verificar atualizações posteriores na legislação e na jurisprudência.

Este material foi desenvolvido com o objetivo de oferecer suporte prático e estratégico à atuação jurídica no âmbito do Direito Eleitoral, especialmente no manejo da Ação de Impugnação de Registro de Candidatura (AIRC).

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial deste conteúdo, desde que citada a fonte.

Autor: Rodrigo Queiroga

Edição: 4ª edição – 2026

Atualização normativa: Resolução nº 23.754/2026

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE REGISTRO DE CANDIDATURA	10
2. AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE REGISTRO DE CANDIDATURA: CONCEITO, FINALIDADE E COMPETÊNCIA	32
3. PRAZOS.....	36
3.1.Ministério Público Eleitoral.....	40
3.2.Tempestividade da Impugnação Prematura	41
4. PRECLUSÃO	43
4.1.Matérias de Natureza Constitucional: Inelegibilidades e Condições de Elegibilidade	43
4.2.Causas de Inelegibilidade Infraconstitucionais.....	44
5. LEGITIMIDADE ATIVA.....	45
5.1.Candidato(a).....	49
5.2.Partido Político, Federação Partidária ou Coligação.....	52
5.3.Ministério Público.....	60
6 LEGITIMIDADE PASSIVA E A DUALIDADE DOS EFEITOS PROCESSUAIS.....	65
7 LITISCONSÓRCIO E ASSISTÊNCIA	67
7.1.Litisconsórcio Ativo ou Passivo.....	67
7.2.Intervenção de Terceiros em Ações de Impugnação de Registro de Candidatura	74
8 CAUSAS DE PEDIR: OS EMPECILHOS À CAPACIDADE ELEITORAL PASSIVA	78
8.1.Condições Constitucionais de Elegibilidade	79
8.1.1 Nacionalidade brasileira.....	81
8.1.2 O pleno exercício dos direitos políticos.....	83
8.1.2.1 Cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado.....	85
8.1.2.2 Incapacidade civil absoluta.....	86

8.1.2.3	Condenação criminal transitada em julgado	87
8.1.2.4	Recusa do indivíduo em cumprir obrigação a todos imposta ou satisfazer prestação alternativa 91	
8.1.2.5	Improbidade administrativa	93
8.1.3	O alistamento eleitoral	98
8.1.4	O domicílio eleitoral na circunscrição	98
8.1.5	A filiação partidária	100
8.1.6	A idade mínima.....	108
9	INELEGIBILIDADES	112
9.1.	Inelegibilidades Constitucionais	113
9.2.	Inelegibilidades Previstas na Lei Complementar n. 64/90.....	136
9.2.1	Alínea “b”	143
9.2.2	Alínea “c”	145
9.2.3	Alínea “d”	148
9.2.4	Alínea “e”	154
9.2.5	Alínea “f”	162
9.2.6	Alínea “g”	164
9.2.7	Alínea “h”	195
9.2.8	Alínea “i”	198
9.2.9	Alínea “j”	200
9.2.10	Alínea “k”	206
9.2.11	Alínea “l”	210
9.2.12	Alínea “m”	226
9.2.13	Alínea “n”	228
9.2.14	Alínea “o”	231
9.2.15	Alínea “p”	236

9.2.16 Alínea “q”	238
10 DESINCOMPATIBILIZAÇÕES.....	241
10.1 Presidente e Vice-Presidente da República.....	224
10.1.1 Reitores(as) de universidades públicas.....	245
10.1.2 Entidades mantidas pelo Poder Público	249
10.1.3 Afastamento não remunerado de servidor do fisco	251
10.1.4 Auditor(a) Fiscal do Trabalho	251
10.1.5 Fiscal agropecuário.....	252
10.1.6 Agente de arrecadação municipal em exercício de funções meramente administrativas	253
10.1.7 Dirigentes de serviços sociais e de formação profissional autônomos	254
10.1.8 A situação dos(as) dirigentes sindicais.....	254
10.1.9 Associação civil sem fins lucrativos.....	257
10.1.10 Conselheiro(a) Federal da OAB.....	257
10.1.11 Contratos administrativos formados mediante licitação.....	257
10.1.12 Necessidade de desincompatibilização em casos de convênio	261
10.1.13 Ocupação exercida em outra circunscrição	262
10.1.14 Titulares de serventias extrajudiciais e serventuários(as) celetistas.....	262
10.1.15 Membro de conselho municipal	263
10.1.16 Médicos(as).....	265
10.1.17 Árbitros(as).....	266
10.1.18 Estudantes estagiários(as).....	266
10.2 Governador(a) e Vice-Governador(a).....	267
10.3 Prefeito(a) e Vice-Prefeito(a).....	268
10.4 Senador(a), Deputados(as) Federais, Estaduais e Distritais	270
10.5 Vereador(a).....	271

11 CONDIÇÕES DE REGISTRABILIDADE: A DIMENSÃO PROCEDIMENTAL	273
12 ESTRUTURAÇÃO DA PETIÇÃO INICIAL DA AIRC	274
12.1 Petição Inicial - Modelo Estrutural.....	274
12.2 Principais Causas de Pedir - Condições de Elegibilidade e Causas de Inelegibilidade	276
13 CONSIDERAÇÕES FINAIS	283
14 BIBLIOGRAFIA	284
14.1 Doutrina	284
14.2 Legislação	285
14.3 Resoluções, Súmulas e Consultas.....	290
14.4 Decisões Judiciais.....	294
14.5 Outras Fontes.....	314